



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o **crédito apropriado**, fornecer um link para a licença e **indicar se mudanças foram feitas**. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format.

Adapt — remix, transform, and build upon the material for any purpose, even commercially.

Under the following terms:

Attribution — You must give **appropriate credit**, provide a link to the license, and **indicate if changes were made**. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.

Os desafios da publicação em acesso aberto na área de humanidades no Brasil: as estratégias de adaptação da Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI

Challenges of Open Access Publishing in the Humanities in Brazil: the adaptation strategies of the Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI

Antônio Carlos Lessa*

Boletim Meridiano 47 vol. 15, n. 146, nov.-dez. 2014 [p. 35 a 45]

Introdução

A discussão sobre o cenário da publicação científica no Brasil atualmente de partir de uma constatação de base: há um número extraordinariamente elevado de revistas científicas em funcionamento no país, em todas as áreas do conhecimento e, em especial, na grande área de humanidades. Ao longo dos últimos cinco anos se observou a multiplicação de publicações científicas, com as mais diversas propostas e linhas editoriais, e especialmente de revistas veiculadas em acesso aberto (ou open access – OA).

Para além dos números impressionantes produzidos pelas publicações OA em geral, é importante que se procure compreender as dinâmicas que favoreceram essa expansão, e como elas moldaram o panorama das publicações científicas no Brasil. Há um grande número de questões relacionadas: o problema do financiamento das publicações, o desafio do estabelecimento e da manutenção de padrões editoriais qualitativamente elevados, a definição de parâmetros de convalidação científica competitivos, as estratégias de internacionalização etc.

A publicação em OA também trouxe desafios para publicações tradicionais, que se viram diante da necessidade de se adaptarem rapidamente a essas novas circunstâncias. As estratégias de adaptação adotadas, os custos envolvidos e os seus benefícios, são questões que ainda estão em desenvolvimento. Neste paper serão debatidos aspectos relacionados com a configuração do cenário atual das publicações científicas da grande área de humanidades no Brasil e em especial o impacto do Acesso Aberto. Mais particularmente, discutiremos as estratégias de adaptação de uma publicação tradicional, a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI, a esse cenário.

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – iREL-UnB e editor da *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI* (alessa@unb.br).

I – O panorama das publicações científicas da grande área de humanidades

Uma das questões mais difíceis de serem respondidas atualmente por quem se interessa pelo cenário das publicações científicas no Brasil é até bem simples: quantas revistas científicas aproximadamente existem no país?

Sabe-se com certeza que há um número extraordinariamente elevado de revistas científicas no Brasil, de todos os tipos, formatos e vocações. O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, agente do ISSN no Brasil, informava em 2010 a existência de 13.141 publicações científicas das mais diversas áreas no Brasil, entre as quais, 3.550 eram da grande área de humanidades.¹ Um número mais exato foi obtido por Sílvio Carvalho Neto, que desenvolveu uma interessante metodologia para se chegar a um número mais realista, cruzando os registros de periódicos brasileiros existentes em importantes bases de dados, serviços de indexação e rankings brasileiros e internacionais.² Nesse sentido, o cruzamento de registros constantes na escala de classificação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (Qualis) com dados de outras bases, como Scielo, Latindex, Ulrich's Web, ISI Web of Knowledge, SJR – SCImago, RedAlyc, DOAJ, IBICT, Sumários.org e Associação Brasileira de Editores Científicos – ABEC, permitiu a Carvalho chegar ao universo de 7.700 veículos científicos.³

A perspectiva construída por Carvalho se ampara na avaliação qualitativa desse universo, que é contraposto aos registros constantes na escala Qualis da CAPES, usada como ranking para a valoração da produção intelectual de todos os programas de pós-graduação em funcionamento no Brasil. O argumento é simples: uma revista existe enquanto tal (ou seja, se é minimamente relevante ou ainda se continua existindo) se publica trabalhos de atores (professores, pesquisadores e estudantes) vinculados ao Sistema Nacional de Pós-Graduação, o que é verificado pela CAPES em rodadas trienais de avaliação de todo o conjunto da pós-graduação. Isso posto, excluindo-se os registros dos periódicos que não constam no sistema Qualis e dos que não foram classificados em estratos valorados (do topo – denominados veículos A1 e A2 – aos estratos inferiores – de B1 a B5).⁴ Excluindo-se, pois, as revistas que não possuem registros no Qualis-CAPES e aquelas que foram classificadas como veículos com conceito “C” (igual a peso zero), Carvalho chegou ao número aproximado de 5.300 veículos, de todas as áreas do conhecimento – o que é muito verossímil.

O fato é que há no Brasil um cenário editorial bastante fragmentado e também instigante. Por um lado, verificou-se o crescimento exponencial de publicações que funcionam em Acesso Aberto, o que foi certamente facilitado pela vulgarização de sistemas de publicação de domínio público, como o Open Journal System – OJS (no Brasil há também uma versão localizada desse sistema, denominada Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas – SEER, mantida pelo IBICT), que tornaram muito mais simples e menos custosas a criação e manutenção de um veículo científico, pelo menos no que diz respeito aos custos operacionais relacionados com serviços

1 Dados gentilmente cedidos pelo IBICT ao autor em setembro de 2010.

2 Carvalho Neto, Sílvio. Scientific Serials in the Capes Qualis and the Brazilian OA Journals, PKP Conference, México 2013: <http://pkp.sfu.ca/pkp2013/paper/view/366>. Acesso: 01/05/2014.

3 A CAPES é uma das principais agências de fomento científico do Brasil, mantida pelo governo federal e responsável pela avaliação dos programas de pós-graduação de todas as áreas do conhecimento.

4 A CAPES conceitua o sistema Qualis do seguinte modo: “Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção. A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta. Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos e anais de eventos. A classificação de periódicos e eventos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade – A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C – com peso zero (...). Ver mais em <http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/2550-capes-aprova-a-nova-classificacao-do-qualis>. Acesso em: 01/05/2014.

de tecnologia de informação. Existem atualmente no país um bom número de instalações institucionais desses sistemas, que compõem condomínios de publicações, em geral mantidas por Universidades. Ainda citando dados obtidos por Carvalho, existem atualmente 1.453 revistas publicadas no Brasil em instalações do OJS ou da sua versão localizada, o SEER.

E quanto às publicações da grande área de humanidades? Também não existem números precisos acerca desse universo, mas pode-se tomar dois indicadores interessantes para uma tentativa de aproximação. O primeiro deles é o número de periódicos registrados junto ao Directory of Open Access Journals – DOAJ – das 911 revistas brasileiras que ali constam, 56% seriam da área de humanidades.⁵ O número absoluto é incompatível com o universo definido por Carvalho, que estima que 1453 revistas são publicadas com sistemas como o OJS ou o SEER – portanto, nem todas estão registradas no DOAJ. Mas seria a proporção de 56% válida para definir a amostra da área de humanidades?

Um outro indicador, mas que afere também questões qualitativas, é a inclusão na Coleção Scielo Brasil. Com efeito, os critérios de inclusão de periódicos na coleção brasileira são extremamente exigentes, e impõem padrões relacionados com a composição e diversidade dos conselhos editoriais, controle de índices de endogenia, manutenção rigorosa da pontualidade de publicação, proibição de políticas de embargo e outros mais relacionados com as configurações técnicas dos periódicos (que uma revista de segunda linha dificilmente conseguiria atingir). Nesse sentido, a Coleção Scielo Brasil é composta por 279 revistas, das quais 84 (cerca de 30%) são da área de ciências humanas.⁶ A Coleção Scielo se iniciou em 1997 como um projeto que veiculava publicações da área de ciências da saúde, e ao longo dos últimos foi sendo ampliado para comportar séries de todas as áreas do conhecimento. Por isso, é razoável que a maior parte das revistas constantes no Scielo Brasil sejam da área de ciências da saúde (pouco mais de 33% da Coleção) mas, como se vê, em proporção não muito maior do que as revistas de ciências humanas.⁷

O fato é que o crescimento exponencial do número de revistas científicas no Brasil ao longo dos últimos anos pode ser creditado especialmente ao advento do acesso aberto e à vulgarização dos sistemas de publicação, como o OJS e o SEER. O que se verificou, na prática, é que associações científicas e universidades (e dentro delas, especialmente programas de pós-graduação) tem investido pesadamente na criação de revistas científicas em acesso aberto. As comunidades mais profícuas são justamente as da área de humanidades, que caracteristicamente é menos internacionalizada e conectada a redes internacionais de pesquisa, comparativamente com as comunidades das ciências da vida e exatas. Nessas comunidades, a via preferencial para a comunicação da ciência são justamente os periódicos internacionais ou os nacionais intensamente internacionalizados.

As agendas de pesquisa pesam muito para configurar o grau elevado de paroquialismo que caracteriza as disciplinas da área de humanidades especialmente. Em parte, elas são naturalmente focadas em temas de baixo interesse para uma audiência internacional mais ampla, mas pode-se afirmar também que mesmo os circuitos internacionais de divulgação científica não são adequadamente valorizados pelos pesquisadores dessa grande área – os grandes congressos científicos e especialmente as revistas internacionais consolidadas e largamente reputadoras em cada uma das disciplinas. O idioma pode explicar parte desse ensimesmamento – e de fato, a publicação em português não ajuda ao atingimento de uma parcela maior de leitores interessados. Portanto, mesmo que discutível, a explosão no número de revistas em comunidades da área pode ser entendida como uma

5 Dados obtidos em Directory of Open Access Journals – DOAJ, em [Http://www.doaj.org](http://www.doaj.org). Acesso em: 01/11/2014.

6 Dados obtidos em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_subject&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01/11/2014.

7 Grandes projetos como o RedAlyc também tiveram algum impacto na visibilidade das publicações de acesso aberto no país. Mas o grande divisor de águas foi o lançamento e o crescimento do projeto Scielo, que estabeleceu também parâmetros de qualidade e de excelência que tem guiado boa parte das publicações jovens, que procuram o caminho da consolidação pela inclusão na Coleção brasileira.

estratégia de estabelecimento de circuitos diretos de comunicação – diante do desinteresse ou da incapacidade de inserção em circuitos mais amplos.

Por um lado, o treinamento para a ciência passa pelo exercício da publicação científica, pela estímulo à exposição de argumentos, pela iniciação ao debate de alto nível, pela convalidação pelos pares e, por isso, parece ser muito positivo que existam publicações em quantidade e com vocação para suportar o seu crescimento. O advento das publicações em formato digital e em acesso aberto torna isso ainda mais simples e cada vez mais fácil e aparentemente financeiramente menos custoso. Por outro lado, a fragmentação do cenário editorial gera também problemas de certo modo difíceis de serem resolvidos. O primeiro deles são as dificuldades de financiamento. Afinal de contas, as despesas para a criação e a manutenção de uma revista não se resumem apenas à instalação de um sistema de publicação. Os custos constantes, especialmente os relacionados com a produção editorial (secretaria, revisão de textos, diagramação, preparação de originais, e outros cuidados técnicos) são despesas fixas (e em constante elevação) que raramente são considerados no processo decisório de se criar uma revista científica. A consequência direta é o aumento da pressão sobre as agências de fomento, que se vêem às voltas com demandas crescentes para os editais de apoio a publicações.⁸ Isso aponta para a dificuldade de afirmação de padrões de excelência e de consolidação do mercado editorial científico especializado. São produzidos, assim, muitos veículos com qualidade abaixo da desejável, periodicidade irregular e altos níveis de endogenia – e, assim, em pouco tempo, destinados a engrossar os já elevados graus de mortalidade de revistas científicas no Brasil.

O segundo grande problema desse cenário de fragmentação diz respeito às condições de competitividade e de visibilidade internacional das revistas nacionais, que afligem especificamente as publicações consolidadas. As ciências sociais brasileiras, por exemplo, estão há muito consolidadas no nicho de estudos latino-americanos. São raros os trabalhos publicados em revistas nacionais que informam o *mainstream*, que por seu turno permanece alheio ao que se passa ao Sul Global. Para tanto, contribuem as trajetórias de formação e de estruturação dessas comunidades, tanto as do exterior, quanto as nacionais, mas também as suas formas de comunicação científica e os seus veículos.

Como se aventou, o problema do idioma da publicação explica parcialmente as dificuldades de repercussão internacional do conhecimento publicado mesmo em revistas nacionais de alto nível, mas isso não diz tudo. Ao lado do problema da comunicação, persistem os problemas relacionados com as deficiências da profissionalização dos veículos brasileiros (comuns às revistas infantis e às consolidadas de alto nível), e certamente, uma certa timidez, talvez explicada por um espírito pouco empreendedor – e assim, pode se explicar a baixa procura por indexação internacional, estabelecida em processos altamente competitivos e usualmente muito lentos, mas que funcionam também como medidas de exposição e de certo modo, de qualidade.

Uma métrica interessante para se observar adequadamente esse processo pode ser tomada com o número publicações científicas de ciências sociais, por exemplo, que têm fator de impacto, de acordo com os parâmetros do *Journal Citation Reports – JCR*. Mesmo que essa medida seja considerada por parcela crescente da comunidade científica internacional de todas as áreas do conhecimento a cada dia como mais polêmica e contestável, ela é ainda pode ser adequada para mesurar os índices de internacionalização dos veículos nacionais da área de humanidades. No relatório de 2008, apenas 3 revistas brasileiras então elencadas no JCR eram tipicamente de ciências sociais (curiosamente, o JCR lista publicações da área de psiquiatria, por exemplo). Esse número tem crescido sistematicamente, tanto pelo esforço dos próprios veículos, quanto em função dos ajustes a que vem procedendo a Thomson Reuters com relação ao serviço, com a gradual expansão quantitativa de revistas publicadas em países emergentes. O quadro a seguir sistematiza essa evolução:

8 O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, agência de fomento do governo federal, mantém há anos um edital bastante concorrido para o apoio à publicação de periódicos científicos. O CNPq também apóia a manutenção do Scielo Brasil, o que tem efeitos indiretos sobre a diminuição dos custos relativos de funcionamento dos periódicos veiculados na Coleção.

Ano	Número de revistas brasileiras listadas na seção Social Sciences	Número de revistas listadas tipicamente caracterizadas como da área de ciências humanas
2009	10	4
2010	20	8
2011	25	11
2012	23	8
2013	18	9

Fonte: ISI Web of Science, data de acesso: 01/11/2014

Um exame mais sistemático do quadro de citações evidencia os graus elevados de auto-referenciamento na área e do quanto é ela paroquiana: parte expressiva das citações se fazem em publicações brasileiras. Em outras palavras, bem poucas publicações estrangeiras importantes publicam artigos que citam trabalhos veiculados em revistas brasileiras, mesmo aquelas que são percebidas pelas comunidades científicas nacionais como sendo as mais importantes e internacionalizadas da grande área. E, mais uma vez, o fator “idioma” parece ter um peso considerável na determinação de baixos índices de impacto em termos comparativos (tanto no JCR quanto no SJR Scimago). Portanto, para além de terem que cuidar da qualidade intrínseca do que é publicado, as revistas devem também começar a se preocupar mais seriamente com a língua da publicação – e nesse sentido, parece ser inevitável a adoção do inglês como único ou como segundo idioma dessas publicações.

Um outro aspecto que também causa a baixa circulação internacional das grandes revistas nacionais é a falta de cuidado de boa parte das equipes editoriais com algumas medidas simples, e que poderiam amplificar a visibilidade dos seus veículos: referimo-nos especialmente à falta de políticas para a indexação internacional. Com efeito, a internet facilitou não apenas a publicação científica em acesso aberto, mas tornou mais ágeis os processos de candidatura e a inserção das boas revistas nos melhores serviços indexadores, que em geral possuem regras bastante exigentes para a definição dos veículos a serem acompanhados. A concentração do mercado das agregadoras de conteúdo também possibilita que os acervos dessas revistas passem a figurar em bases de dados altamente especializadas e acessíveis para universidades e centros de pesquisa em todos os países do mundo.

Portanto, pelo momento, parece que o destino das publicações científicas da grande área de humanidades é figurar nos segmentos altamente especializados. Não há demérito nessa constatação, mas ela impõe uma necessária adaptação nas estratégias de sobrevivência e de competitividade para as publicações que pretendem aumentar a sua circulação internacional, se considerarmos que esse passa a ser o desafio dos principais veículos brasileiros da grande área de ciências humanas. Acresce que as condições de visibilidade internacional acabam tendo repercussões dramáticas para a performance dos veículos e para a sua capacidade de atrair contribuições cientificamente impactantes, o que tem também o efeito perverso de retroalimentar as dificuldades de visibilidade e de financiamento.

Os elementos acima apresentados têm consequências evidentes para os veículos brasileiros da grande área de humanidades, especialmente daqueles que se encontram nos limites das possibilidades de reconhecimento internacional. Nas seções seguintes será apresentado o perfil da Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI, e também se será examinada a estratégia de adaptação a esse novo ambiente e aos novos desafios da publicação científica que foi adotada pelo veículo.

II – RBPI, uma trajetória de meio século

A *Revista Brasileira de Política Internacional* – RBPI é uma das mais tradicionais publicações científicas brasileiras. Foi criada em 1958, no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização estabelecida em 1954 como uma das expressões do ambiente de renovação intelectual que o país experimentava naquele momento.

A Revista foi pensada em seus primórdios como um veículo voltado para a repercussão do pensamento brasileiro dedicado a um dos temas centrais da modernização do país: a ampliação dos seus horizontes internacionais e a vinculação dessa dinâmica com o desenvolvimento nacional. Logo nas suas primeiras edições, essa marca se assentou de modo claro: as direções e as oscilações da ação internacional do Brasil, as concepções de ordem internacional, os grandes enfrentamentos entre as potências, a ascensão e a queda dos impérios, e os temas centrais da agenda internacional contemporânea foram sistematicamente acompanhados e criticamente analisados nos seus 56 volumes, publicados ininterruptamente.⁹

A RBPI repercutiu em suas páginas cada um dos momentos cruciais da história nacional, vistos sob a perspectiva dos seus desafios externos. Temas como o lançamento da Operação Pan-Americana pelo governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), os fundamentos da Política Externa Independente (1961-1963), do governo Jânio Quadros, a alternância dos regimes políticos, as relações complexas com os países vizinhos, os rumos da universalização das relações exteriores, os problemas de segurança nacional e as suas conexões com as estratégias de defesa nacional, o destino das relações com os parceiros tradicionais (as relações com os Estados Unidos e com a Europa), a construção de novos relacionamentos, a abertura para a África e para a Ásia, as conexões da agenda externa com a estratégia de desenvolvimento econômico, as mazelas da dependência estrutural, etc. Enfim, a RBPI se formou como o veículo preferencial do grande debate nacional sobre as questões internacionais do Brasil.¹⁰

Do mesmo modo, os grandes temas da política internacional contemporânea foram objeto da atenção dos analistas que encontraram na RBPI o espaço adequado para repercutir as suas pesquisas e reflexões. Comércio internacional, integração econômica, fluxos financeiros internacionais, desenvolvimento científico e tecnológico, meio-ambiente, direitos humanos, Antártida, cooperação internacional, segurança internacional, desarmamento e não-proliferação nuclear, entre tantos outros assuntos, ganharam tratamento pioneiro no Brasil nas páginas da Revista.¹¹

A RBPI manteve, pois, ao longo da sua trajetória, extraordinária coerência com os seus propósitos de fundação, e especialmente, com a decisão das equipes que a dirigiram ao longo da sua existência, de mantê-la como um veículo de debate acadêmico, mas também de formação de uma tradição no modo de ver e pensar Relações Internacionais e os temas da contemporaneidade. Talvez a isso se possa creditar a sua sobrevivência no ambiente acadêmico brasileiro, ao tempo em que muitos outros empreendimentos editoriais importantes das ciências sociais no país não passaram dos seus primeiros números.¹²

9 A propósito, ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Revista Brasileira de Política Internacional: quatro décadas ao serviço da inserção internacional do Brasil*. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 41, n. spe, 1998. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000300004&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Oct. 2014. doi: 10.1590/S0034-73291998000300004.

10 LESSA, Antônio Carlos. Há cinquenta anos a Operação Pan-Americana. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 51, n. 2, Dec. 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000200001&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Oct. 2014. doi: 10.1590/S0034-73292008000200001.

11 LESSA, Antônio Carlos. RBPI: cinquenta anos. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 50, n. 2, dez. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292007000200001&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 Oct. 2014. doi: 10.1590/S0034-73292007000200001.

12 LESSA, Antônio Carlos; ALMEIDA, Paulo Roberto de. Editorial – O Ibrri e a Revista Brasileira de Política Internacional: tradição, continuidade e renovação. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 47, n. 1, June 2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100001&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Oct. 2014. doi: 10.1590/S0034-73292004000100001.

A trajetória da RBPI pode ser compreendida em três grandes fases:

- de 1958 até 1993: o veículo se faz expressão do pensamento brasileiro aplicado às relações internacionais, de intelectuais, diplomatas e poucos acadêmicos, porque a área de estudo não era contemplada pela Academia. A gestão da revista é feita pelo IBRI, fora da Universidade;
- anos 90: quando da transferência para Brasília do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, a RBPI foi acolhida em 1993 por grupo de pesquisadores da Universidade de Brasília, onde mantém desde então a sua base operacional. Em sua nova sede se deu início ao processo de consolidação do viés científico da revista, justamente no momento em que a área de Relações Internacionais começava a se expandir no Brasil, com o crescimento e a sofisticação da comunidade acadêmica especializada e com o aumento exponencial do número de cursos de graduação na área. A RBPI tornou-se uma revista eminentemente científica, como outras geridas em centros de estudo de primeira linha no mundo. Por outro lado, a abertura internacional do Brasil transformou as relações exteriores do Brasil em objeto de interesse de segmentos novos e diversificados da sociedade, e à essa mudança também a Revista respondeu com a ampliação e a diversificação dos aspectos objeto de análise;
- no século XXI, dá-se continuidade à fase anterior, porém as tecnologias da informação e as modificações dos modelos tradicionais de comunicação científica penetram a gestão da revista, de modo a equipará-la aos veículos de mesmo gênero e padrão de qualidade existentes nos países de grande tradição na área. Esta fase porta, pois, novas demandas e ambições. Fazia-se necessário ampliar a sua visibilidade internacional, aumentar a sua circulação e atender aos crescentemente exigentes critérios das agências de fomento, tanto para a viabilização econômica do veículo, quanto para ascender sistematicamente nas escalas de avaliação e indexação nacionais e internacionais. A Revista passa a ser publicada em acesso aberto a partir de 2007, com a sua inclusão na Coleção Scielo Brasil.

III – As estratégias de adaptação a um ambiente em mudança

Como a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI* se adaptou a esse cenário que apresenta questões fundamentais para a gestão de um veículo científico de qualidade? O ambiente das publicações científicas da grande área de Humanidades, já apresentado, se reproduz em escala menor na área de Relações Internacionais. Se estima que existam no Brasil pelo menos 22 revistas científicas tipicamente classificadas como de Relações Internacionais¹³. A esse número se somam outras publicações com viéses multi ou interdisciplinares que tem acolhido bom número de contribuições sobre Relações Internacionais¹⁴.

13 Além da Revista Brasileira de Política Internacional, um levantamento não exaustivo nos permite chegar às seguintes publicações: Austral – Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais (UFRGS); Boletim de Economia e Política Internacional (IPEA); Boletim Conjuntura Internacional (PUC-Minas); Boletim Meridiano 47 (IBRI); Boletim Mundorama (UnB); Brazilian Journal of International Relations (UNESP); Carta Internacional (ABRI); Conjuntura Austral (UFRGS); Contexto Internacional (PUC-Rio); Estudos Internacionais – Revista de Relações Internacionais (PUC-Minas); Global Observatory – International Review of Humanities (UNAERP); INFONEIBA – Jornal Informativo do Núcleo de Estudos Brasil-Argentina (UERJ); Monções: Revista de Relações Internacionais (UFGD); Mural Internacional (UERJ); Perspectiva: Reflexões sobre a Temática Internacional (UFRGS); Relações Internacionais no Mundo Atual (Unicuritiba); Revista de Estudos Internacionais (UEPB); Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais (UFPB); Revista Fronteira (PUC-Minas); Revista InterAção (UFSM); Revista Tempo do Mundo (IPEA); Século XXI – Revista de Relações Internacionais (ESPM).

14 Entre outras, algumas das mais destacadas são: Brazilian Political Science Review (ABCP); Revista Dados (IESP-UERJ); Revista de Sociologia e Política (UFPR); Revista Brasileira de Ciências Sociais (ANPOCS); Revista Brasileira de História (ANPUH); História (UNESP).

A superação dos desafios de adaptação a esse ambiente de fragmentação e de escassez de recursos passam pelo equacionamento do financiamento, pelo aumento consistente da visibilidade nacional, pelo incremento da circulação internacional, e especialmente da relevância científica no cenário paroquiano das ciências humanas brasileiras. Uma publicação de corte temático específico, em que coabitam diferentes perspectivas metodológicas (o que de resto, é típico da disciplina Relações Internacionais) como o da RBPI, apesar de largamente consolidada, sofreu por certo tempo com o preconceito de determinadas comunidades científicas. Esse, entretanto, foi percalço menor, que a divulgação adequada do trabalho importante desenvolvido na gestão editorial e na repercussão da Revista vem permitindo contornar.

Foi tendo em conta a realidade do cenário editorial científico brasileiro, e especialmente os horizontes estreitos da área de ciências sociais, que a partir de 2004 se buscou o reposicionamento da RBPI, com a definição de uma estratégia que partiu das seguintes constatações:

- A área é nicho – portanto, a capacidade de escapar dos círculos especializados em estudos latino-americanos é naturalmente limitada, mas isso não é uma fatalidade. É importante aproveitar a especificidade da inserção das ciências sociais brasileiras no cenário científico global para difundir o veículo, mas é fundamental tentar romper esse ciclo, e ensaiar projetos que permitam o aumento da sua visibilidade internacional;
- O idioma não é uma fatalidade – é crucial tentar romper os limites estreitos que são impostos por um idioma sem relevância na ciência mundial, como o português (especialmente na área de Relações Internacionais, que é uma disciplina de origem basicamente anglo-saxônica). Portanto, era fundamental dar início à publicação em língua inglesa, para que a boa ciência publicada na Revista pudesse circular além dos meios iniciados em questões latino-americanas e das comunidades de brasilianistas;
- As inovações tecnológicas na publicação científica, e em especial a vulgarização do acesso aberto, têm repercussões extremamente positivas, uma vez que proporciona o aumento da visibilidade nacional e internacional da Revista, mas também trazem riscos para as suas condições de financiamento, por exemplo. As possibilidades de maior difusão pela internet (em acesso aberto) ou em bases de dados de agregadoras internacionais trazem também novos desafios, como a necessidade de aprimorar os controles de qualidade e de se contornar com criatividade o problema fundamental do idioma;
- O conhecimento publicado é patrimônio – é fundamental pôr em perspectiva a trajetória incomum de uma publicação com quase sessenta anos de existência (trajetória verdadeiramente incomum na grande área de Humanidades no Brasil). Especialmente, é necessário valorizar e difundir o seu acervo bibliográfico e o seu significado para a disciplina de Relações Internacionais no Brasil e na América Latina. Tornou-se fundamental investir no aumento da visibilidade internacional da Revista, e especialmente da sua trajetória científica, para atrair número crescente e melhor qualificado de contribuições, inclusive de autores da área acostumados a publicar em meios acadêmicos mais competitivos.

A estratégia seguida pela equipe da RBPI ao longo dos últimos anos foi basicamente a seguinte:

- A busca de indexação internacional de alto nível, com a candidatura do veículo aos principais serviços indexadores da grande área de humanidades. A Revista foi incluída no JCR e no SJR-Scimago em 2008, e vem se mantendo adequadamente listada. No caso do JCR, especificamente, desde que passou a ser indexada, a publicação vem obtendo o maior fator de impacto entre as revistas brasileiras típicas de ciências humanas. Atualmente a Revista está indexada em 139 serviços nacionais e internacionais, dos quais 23 são serviços internacionais de primeira linha. Do mesmo modo, a partir de 2007, com a inclusão

na Coleção Scielo Brasil e no RedAlyc, se buscou a inclusão da Revista e do seu acervo em importantes bases de dados internacionais, especialmente nos serviços das grandes agregadoras internacionais, a exemplo da EBSCO e da Cengage Gale. Ou seja, a Revista é também acessível em universidades nos cinco continentes e foi a primeira publicação brasileira da área de humanidades a atingir esse nível de difusão. Isso se faz sem prejuízo da manutenção de uma política de acesso aberto irrestrito;

- A inclusão na Coleção Scielo Brasil, em 2007, teve grande impacto para a visibilidade nacional e internacional da publicação. Além disso, o seu acervo desde 1995 foi publicado na Coleção (<http://www.scielo.br/rbpi>), o que garante visibilidade adicional em acesso público e gratuito. Desde então, a equipe editorial tem implementado pioneiramente todas as recomendações feitas pelo Scielo, como também busca se adaptar aos novos desafios da produção editorial, como a adoção da nova linguagem XML introduzida em 2014 para todos os periódicos da Coleção;
- Digitalização e publicação da série histórica (ou seja, de todos os números publicados entre 1958 e 1992), em acesso público e gratuito (veiculados integral e gratuitamente na iniciativa de divulgação científica Mundorama – <http://www.mundorama.net>), constituído pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília;
- A composição de conselhos com profissionais influentes da grande área, de diferentes perspectivas metodológicas e de várias comunidades científicas, que são acionados para as atividades corriqueiras da gestão da política editorial, mas sobretudo para auxiliar na divulgação internacional da Revista;
- A manutenção de uma política de divulgação dinâmica, especialmente nos grandes congressos e eventos internacionais da área, a exemplo dos Congressos da Latin American Studies Association e da International Studies Association, ou em inserções constantes nas principais listas de discussão nacionais e internacionais especializadas;
- Desde 2004, as normas de contribuição foram adaptadas para admitir a publicação de artigos submetidos em língua inglesa, o que levou à ampliação do perfil de potenciais colaboradores. A partir de 2015 a Revista será integralmente publicada em língua inglesa;
- Desde 2010 foram publicadas três edições especiais temáticas inteiramente em língua inglesa, preparadas a partir de chamadas internacionais intensamente divulgadas. Em 2010, foi organizada edição especial sobre a política externa do governo Lula da Silva¹⁵, tendo como editor convidado Amado Luiz Cervo, professor emérito da Universidade de Brasília; em 2012, a edição especial sobre mudança climática e governança global¹⁶ teve como editor convidado Eduardo Viola, professor titular do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília e, finalmente, em 2014, Henrique Altemani de Oliveira (diretor do Centro de Estudos sobre o Pacífico e professor da Universidade Estadual da Paraíba) atuou como editor convidado de número especial sobre a inserção internacional da China¹⁷. A prática da realização das edições especiais tem permitido a ampliação consistente do número de contribuições

15 CERVO, Amado L. (Org.); LESSA, Antônio Carlos (Org.) . Emerging Brazil under Lula: an assessment on International Relations (2003-2010): a special issue of Revista Brasileira de Política Internacional. 1. ed. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2010. v. 1. 240 p. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0034-732920100003&lng=en&nrm=iso. Access on 20 Oct. 2014.

16 VIOLA, Eduardo (Org.); LESSA, Antônio Carlos (Org.) . Global climate governance and transition to a low-carbon economy: a special issue of Revista Brasileira de Política Internacional. Spe. ed. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2012. v. 1. 189 p. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0034-732920120003&lng=en&nrm=iso. Access on 20 Oct. 2014.

17 LESSA, Antônio Carlos (Org.) ; OLIVEIRA, Henrique Altemani de (Org.) . China rising strategies and tactics of China's growing presence in the world: a special issue of Revista Brasileira de Política Internacional. Spe. ed. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2014. v. 1. 285p. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0034-732920140003&lng=en&nrm=iso. Access on 20 Oct. 2014.

de autores estrangeiros, com o consequente aumento da visibilidade internacional da Revista. Na média dos volumes produzidos entre 2009 e 2014, 30% dos autores de trabalhos publicados são vinculados a instituições não-brasileiras. Ademais, os números especiais, justamente porque publicados integralmente em língua inglesa, e compostos com bom número de contribuições de autores não-brasileiros atingem excelentes níveis de citação internacional;

- Uma política de doações orientada para a manutenção das coleções impressas de importantes centros de referência no Brasil e na América Latina e de todos os principais centros de estudos latino-americanos dos Estados Unidos, Europa e Japão, tem sido implementada desde a transferência da Revista para Brasília, em 1993. Além disso, a RBPI é enviada para os principais pesquisadores brasileiros e para uma seleção de profissionais estrangeiros, que são considerados formadores influentes e em condições de divulgar adequadamente a publicação em suas instituições. A base de cortesias atinge 58 instituições estrangeiras e 27 brasileiras e 150 pesquisadores estrangeiros e 98 brasileiros;
- A intensificação da divulgação nacional e internacional se faz também a partir das novas mídias sociais. Assim, desde 2010 a equipe da Revista tem se dedicado à dinamização dos perfis dedicados da publicação em redes sociais como o Twitter (https://twitter.com/ibri_rbpi), o Facebook (<https://www.facebook.com/ibri.rbpi>) e Google Plus (<https://plus.google.com/+IBRIRBPI>). Nesses perfis são publicadas e repercutidas notícias sobre as atividades relacionadas com a Revista, sobre os artigos e seus autores. Do mesmo modo, tem sido produzidos em grande quantidade materiais de apoio à divulgação das edições e dos artigos, como *press releases*, entrevistas com autores, depoimentos em vídeo, perfis de colaboradores etc, que são veiculados no site do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (entidade que publica a Revista) e disponibilizados para as editorias científicas e de assuntos internacionais dos jornais de grande circulação;
- A busca de um novo modelo de financiamento é o maior desafio que a RBPI enfrenta atualmente. A diminuição progressiva dos recursos provenientes de editais de apoio das agências de fomento, em especial, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, aliada ao aumento consistente dos custos de produção editorial (consequência da sua crescente profissionalização e também da política de internacionalização – como a necessidade de se publicar em língua inglesa), são problemas que afligem a todas as revistas consolidadas no Brasil. Como se sabe, não há no país a cultura consolidada na grande área de Humanidades de pagamento de taxas de submissão ou de publicação – o que, portanto, dificulta a adoção de uma política nesse sentido. A adoção de legislação relacionada com o acesso aberto, estabelecendo o depósito compulsório dos resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos em repositórios digitais de livre acesso pode levar à conscientização da comunidade científica da importância estratégica dos veículos publicados em acesso aberto – e fatalmente levará à mudança dessa cultura refratária ao pagamento de taxas de natureza diversa. Outra possibilidade de ação pode ser a articulação com outros importantes periódicos consolidados na área de humanidades para o estabelecimento de uma política conjunta nessa direção.

IV – Conclusão

O Brasil é o país da América Latina em que a publicação em acesso aberto experimentou a maior expansão em termos relativos. Do mesmo modo que essa mudança de paradigmas na publicação e na comunicação científica tem impactos muito positivos, também traz muitos novos desafios para a comunidade científica brasileira em geral.

Porquanto o acesso aberto permitiu a expansão sem igual do número de revistas, e o estabelecimento de novos espaços para o treinamento para a ciência, provocou também uma fragmentação excessiva do cenário

das publicações científicas nacionais. Os desafios relacionados com a profissionalização, o financiamento e a internacionalização permanecem como os mais importantes na caracterização desse novo ambiente no Brasil.

A conversão de revistas tradicionais e consolidadas ao acesso aberto, como é o caso da Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI, nunca se faz sem percalços e sem escolhas por vezes difíceis (como a do abandono do formato impresso), mas é possível fazer um balanço essencialmente positivo. Os ganhos certamente estão relacionados com o aumento dramático da exposição nacional e especialmente internacional do veículo, o que pode ser ainda maior com a adoção de uma estratégia ativa de profissionalização e de internacionalização.

Os desafios para uma revista como a RBPI estão sempre relacionados com as limitações de financiamento e com os custos crescentes que são consequência da adoção de medidas como a publicação em língua inglesa, por exemplo. Nesse sentido seria urgente a ação concertada das comunidades científicas, com o apoio das agências de fomento, para redefinir parâmetros de excelência e de competitividade e estimular em novas bases a internacionalização dos seus veículos consolidados.

Resumo

A Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI é uma das mais tradicionais publicações científicas da grande área de humanidades publicada no Brasil, tendo sido fundada em 1958 pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. É considerada a mais influente revista sobre Relações Internacionais do país e uma das mais lidas na América Latina. Desde 2007 a Revista é publicada em acesso aberto na Coleção Scielo Brasil. Este paper tem por objetivo discutir os desafios da publicação em acesso aberto na área de humanidades no Brasil, e discutir a experiência de adaptação da Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI a esse novo ambiente.

Abstract

This paper will discuss the challenges of Open Access publishing in the area of the Humanities in Latin America, using the Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI), which was founded in 1958 by the Instituto Brasileiro de Relações Internacionais and which constitutes the most influential Brazilian publication on International Relations and a leading publication on the subject in Latin America, as a case study. This paper will explain how the RBPI, which has been OA since 2007, has adapted to this new scholarly environment.

Palavras-chave: Revista Brasileira de Política Internacional, Acesso aberto, revistas científicas no Brasil

Key-words: Revista Brasileira de Política Internacional, Open Access, scientific journals in Brazil

*Recebido em 01/09/2014
Aprovado em 18/12/2014*